

Boletim

Agro

Sustentável



apexBrasil 

EMBAIXADA DO
BRASIL
LISBOA



Embaixada do Brasil em Lisboa

Boletim Agro Sustentável

Edição 7 – novembro de 2022

Realização

apexBrasil



Plano Editorial

Embaixada do Brasil em Lisboa
Embaixador Raimundo Carreiro Silva
Ministro-conselheiro Olympio Faissol Pinto Júnior
Chefe do Setor Econômico Ramiro Januário dos Santos Neto

Design gráfico

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)
in.Pacto Comunicação

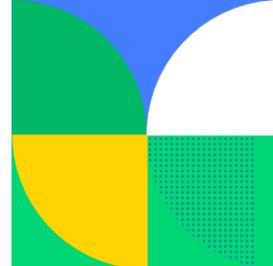
4. PALAVRAS DO EMBAIXADOR
Raimundo Carreiro Silva
Embaixador do Brasil em Lisboa

6. A AGRICULTURA BRASILEIRA É MOVIDA A CIÊNCIA
Celso Moretti
Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

10. EXPERIÊNCIAS DE PORTUGAL NA AGREGAÇÃO DE VALOR EM PRODUTOS AGROPECUÁRIOS: APRENDIZADOS PARA O BRASIL
Filipe Ravara
Diretor do Programa "Strategic Agribusiness Management" da Universidade Católica Portuguesa

12. PRODUZIR MAIS COM MENOS, O CAMINHO QUE SE IMPÕE NO SETOR DE ALIMENTOS
Mauricio Bauer
Diretor Corporativo de Sustentabilidade da JBS Brasil

16. A IMPORTÂNCIA DA RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA PARA A DINAMIZAÇÃO DO COMÉRCIO AGROPECUÁRIO ENTRE BRASIL E PORTUGAL
Jean Marcel Fernandes
Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Raimundo Carreiro Silva

Embaixador do Brasil em Lisboa



Prezada leitora, prezado leitor,

É com grande satisfação que apresento a mais nova edição do Boletim Agro Sustentável, elaborada pela Embaixada do Brasil em Lisboa com apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil). Por meio de análises e dados fornecidos por renomados especialistas, o Boletim Agro Sustentável apresenta o alto grau de inovação e de respeito ao meio ambiente que caracteriza a agropecuária brasileira.

O Boletim Agro Sustentável dá continuidade aos debates do evento AGRITALKS Lisboa, que teve lugar em 8 de setembro de 2022, no Centro Cultural de Belém, com a participação de representantes dos Governos

de Brasil e Portugal, acadêmicos, empresários e imprensa dos dois países. No encontro, discutiram-se casos de sucesso da agropecuária brasileira nas últimas décadas, a qual, através da pesquisa e da tecnologia, aumentou consideravelmente sua produtividade, ao mesmo tempo em que conservou 66% da mata nativa do país. A inovação tem permitido aos produtores brasileiros praticar uma agricultura de baixo carbono por meio da adoção do modelo de produção chamado Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), entre outras técnicas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Nesse modelo, a destinação de um percentual de 15% da área de pastagens para o plantio de árvores permite compensar integralmente a

emissão de gases de efeito estufa gerados pelas atividades agropastoris de toda a propriedade.

O resultado da inovação e sustentabilidade do agronegócio brasileiro reflete-se em números: projeções apontam para uma produção de 308 milhões de toneladas de grãos na safra 2022/23, com produção de 150 milhões de toneladas de soja (valor recorde) e de 125 milhões de toneladas de milho. E tamanha produtividade dá-se com a utilização de apenas 8% do território brasileiro para a agricultura! O Brasil é o terceiro maior produtor agrícola do mundo, com exportações de 125 bilhões de dólares em 2021, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia. A produtividade do agronegócio brasileiro tem crescido

à taxa de 3% ao ano.

Com Portugal, nosso intercâmbio de produtos agropecuários totalizou US\$ 1,1 bilhão em 2021. As principais exportações brasileiras do agro naquele ano para Portugal foram soja (58%), milho (21%) e madeira (7,8%). De Portugal, importamos principalmente gordura e óleos vegetais (32%), filés ou outras carnes de peixes (6,2%) e frutas e nozes não oleaginosas (2,8%). Há espaço para aumentar, ainda mais, nosso comércio! Nesse contexto, a entrada em vigor do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia poderá aumentar, diversificar e agregar valor ao comércio entre Brasil e Portugal, sobretudo de produtos agropecuários.

Os quatro artigos deste boletim comentam e aprofundam a análise de alguns dos temas abordados durante o AGRITALKS Lisboa. O Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Jean Marcel Fernandes, escreve sobre os principais benefícios para os produtores rurais e consumidores de Brasil e Portugal advindos da ratificação do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Filipe Ravara, professor da

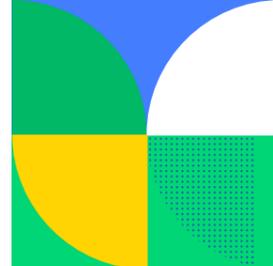
Universidade Católica Portuguesa, apresenta a experiência de Portugal com as classificações oficiais para a identificação dos produtos com sua origem geográfica. A prática, de muita valia para o Brasil, permite agregar valor à toda cadeia de produção e associar o produto a experiências turístico-culturais, gerando valor também para o território de origem do produto.

Por sua vez, o Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Celso Moretti, trata do bem-sucedido caso de inovação agropecuária brasileira que transformou o Brasil de importador de alimentos, em meados do século XX, em um dos maiores produtores e exportadores mundiais de produtos agropecuários. Por fim, Mauricio Bauer, Diretor Corporativo de Sustentabilidade da JBS Brasil, escreve sobre o programa de investimentos em ações ambientais de sua empresa, entre as quais se destaca a utilização de resíduos para a geração de energia.

Ao desejar a todos uma boa leitura, coloco a Embaixada do Brasil em Lisboa à disposição para fornecer informações sobre o agronegócio brasileiro, seu dinamismo e sua sustentabilidade.



O Boletim Agro Sustentável dá continuidade aos debates do evento AGRITALKS Lisboa, que teve lugar em 8 de setembro de 2022, no Centro Cultural de Belém, com a participação de representantes dos Governos de Brasil e Portugal, acadêmicos, empresários e imprensa dos dois países.



A agricultura brasileira é movida a ciência



Celso Moretti

Presidente da Embrapa

Engenheiro agrônomo com mestrado e doutorado em produção vegetal e especialização em engenharia de produção com ênfase em gestão empresarial. É professor convidado da University of Florida (EUA), membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e do Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition (Reino Unido). É presidente da Embrapa.

Este domingo, 16 de outubro, comemoramos o Dia Mundial da Alimentação, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para chamar a atenção para um desafio fundamental para todo planeta. E o brasileiro tem do que se orgulhar nesta data. Ao longo das últimas cinco décadas, o Brasil transformou-se de grande importador em um dos maiores produtores mundiais de alimentos, fibras e bioenergia. Pode ser difícil acreditar, mas, na década de 1970, o Brasil importava leite, feijão e carne. No entanto, atualmente, alimentamos mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo. Por aqui, o consumidor tem maior disponibilidade de alimentos – em quantidade, qualidade e regularidade de oferta – com custos menores.

O ponto de mudança foi um forte investimento público em pesquisa agropecuária, a partir de 1973, com a criação da Embrapa e foco em

”
Estimativas apontam que nosso planeta terá 10 bilhões de habitantes em 2050, e é no cinturão tropical do globo que essa população buscará a maior parte dos alimentos.

encontrar soluções para os problemas da agricultura. Desse modo, o Brasil começou a mudar sua história. Um sistema robusto de inovação agropecuária – reunindo instituições federais e estaduais, extensão rural, cooperativas e empresas privadas – foi desenvolvido, e a pesquisa brasileira foi em busca de soluções para questões que emperravam o trabalho do agricultor. E foram milhares, em todo tipo e tamanho de propriedade, produto, clima, região e ecossistema. Hoje, qualquer alimento consumido no país tem a ciência como ingrediente, e a agricultura brasileira é movida a ciência.

As bases dessa transformação podem ser estabelecidas em três pilares. Começa pela transformação do Cerrado, já que o solo original dessa região é ácido e pobre, com toxicidade de alumínio, a ponto de pesquisadores estrangeiros afirmarem, na década de 1960, ser inviável

para a produção. Hoje, graças à ciência, e para citar apenas um exemplo, o Cerrado é responsável por mais de 50% da produção de proteína animal no Brasil.

O segundo pilar foi a tropicalização de animais e cultivos. Hoje, colhemos soja acima da linha do Equador. E é apenas o exemplo mais exuberante. Fizemos isso com vários produtos, permitindo que saíssem de sua região de origem e enfrentassem condições adversas com sucesso. Da África, vieram forrageiras, que foram adaptadas por pesquisadores. Tropicalizamos também os animais. Um exemplo é o gado girolando, uma criação brasileira do cruzamento do gado europeu com o gado indiano. Temos, agora, o gir leiteiro, um híbrido que produz leite de qualidade e de interesse dos países do Oriente Médio. Recentemente, com a tropicalização do trigo, registramos uma produção de nove

milhões de toneladas. Apenas de 2019 para cá, a produção de trigo aumentou em 50%.

O terceiro pilar é o desenvolvimento de uma plataforma de produção sustentável. Um exemplo vistoso é a fixação biológica de nitrogênio, uma verdadeira fábrica biológica criada a partir da identificação de uma bactéria (rizóbio) que sequestra o nitrogênio da atmosfera e o entrega para a planta. No ano passado, essa tecnologia esteve presente em mais de 90% da soja plantada no Brasil, algo como mais de 37 milhões de hectares, evitando a importação de adubo nitrogenado e a emissão de gás de efeito estufa. Outro exemplo são os sistemas integrados, que a Embrapa estuda há mais de três décadas e que, nos últimos anos, alcançaram 18 milhões de hectares, envolvendo a lavoura, pecuária e floresta.

Estimativas apontam que nosso planeta terá 10 bilhões de habitantes

em 2050, e é no cinturão tropical do globo que essa população buscará a maior parte dos alimentos.

O Brasil quer continuar liderando a produção de alimentos utilizando ciência e tecnologia. Para isso, aumentará a produção de alimentos tanto verticalmente (aumento de produtividade e eficiência), quanto horizontalmente (transformação de pastagens degradadas em agricultura). Para isso, não precisaremos desmatar nem mais um centímetro quadrado para produzir, além do que é legalmente previsto no Código Florestal. Com tecnologia, podemos, por exemplo, transformar cerca de 90 milhões de hectares de pastagens degradadas em agricultura, produção de alimentos, fibras e bioenergia.

Ou seja, o Brasil tem potencial para alimentar uma população mundial crescente usando ciência e tecnologia. E, dentro desse avanço, há



um conjunto de megatendências já mapeado pela Embrapa, no qual destacamos quatro: sustentabilidade, adaptação e mitigação das mudanças climáticas, biorrevolução e agricultura digital.

A população global vai precisar de mais alimentos, mas também de mais sustentabilidade, premissa na produção agrícola em qualquer lugar do mundo. Sistemas integrados ajudarão a ampliar a visão da agricultura e garantir a sustentabilidade. A Embrapa pesquisa, há mais de 30 anos, sistemas de integração, lavoura, pecuária e floresta (ILPF), e eles já ajudam a produzir mais alimentos, proteína animal e vegetal com sustentabilidade. O Brasil incorporou 17 milhões de hectares com ILPF, e a projeção é chegar a 30 milhões de hectares em 2030.

Outra tendência é a atuação na adaptação e mitigação das mudanças climáticas. O Brasil foi um dos signatários do compromisso global para redução das emissões de metano, iniciativa de mais de cem países na COP-26 (2021). Uma das formas de o Brasil contribuir é na redução da emissão de metano na pecuária. Vamos atuar em diversas frentes, como o desenvolvimento de forrageiras mais facilmente digeríveis pelos animais, o que garante mais carne e leite, com menos metano. Também vamos melhorar geneticamente os animais, com raças mais precoces, com menor tempo para abate, e encontrar soluções para a utilização de aditivos como taninos.



A terceira grande tendência é a chamada biorrevolução – uso de ferramentas de biotecnologia para aumentar a produção e para produzir plantas mais resistentes a pragas e a doenças. Vamos, por exemplo, obter plantas adaptadas à seca, algo que pode ter enorme impacto nas regiões áridas do mundo. Por fim, o crescimento da agricultura digital, com a adoção, em larga escala, de drones, sensores, Internet das Coisas, Inteligência Artificial, visão computacional e simulação computacional. Isso permitirá controlar doenças com drones, usando softwares e imagens de satélite de alta precisão, que garantam controlar apenas as plantas que necessitam, com menor uso de pesticidas.

A Embrapa atua fortemente com institutos de pesquisa e universidades, mas também com o setor privado. Um exemplo: cerca de 80% do fertilizante que consumimos são importados. A Embrapa identificou duas bactérias que, juntas, conseguem disponibilizar fósforo antes inacessível para a planta. Lançada em 2019, um ano depois, a tecnologia já era adotada em 1,5 milhão de hectares de milho e soja, reduzindo a importação.

Não temos dúvidas de que o Brasil terá papel fundamental em alimentar uma boa parte do mundo. E a tecnologia desenvolvida pela Embrapa e seus parceiros vai seguir contribuindo para superar esse desafio.



Experiências de Portugal na agregação de valor em produtos agropecuários: aprendizados para o Brasil.



Filipe Ravara

Diretor do Programa Strategic Agribusiness Management
Católica Lisbon Business and Economics

Licenciado em Engenharia Agrônômica pelo ISA, Mestre e Doutor em Agribusiness Management pela Universidade de Purdue nos EUA. Foi Professor de Estratégia da Universidade Nova de Lisboa. Ocupou vários cargos de direção em três bancos portugueses. De 2014 a 2022, foi diretor do Centro de Agronegócio da Caixa Geral de Depósitos. Consultor em vários projectos de agronegócio em Portugal, Angola e Moçambique. Consultor e Coordenador do programa Strategic Agribusiness Management da Universidade Católica Portuguesa desde março de 2022.

Será o potencial do agronegócio de Portugal, afinal, determinado pela reduzida dimensão geográfica e situação periférica do país no continente europeu, ou pela diversidade enorme de sistemas agro que abarca (embora concentrados numa pequena área geográfica), determinados por todas as realidades geográficas, climáticas e culturais que por cá coexistem e também com boas acessibilidades, que permitem um acesso muito rápido e fácil a todos os seus recantos? E será Portugal, efetivamente, um país periférico, ou será antes, pela sua centralidade intercontinental, pela sua proximidade cultural com múltiplas regiões do mundo, pela diversidade dos seus ecossistemas e pela sua manifesta capacidade para atrair investimento e know-how agro dos quatro cantos do mundo, um potencial “silicon valley” agrícola da Europa Ocidental?

Na realidade, toda a evidência aponta para a 2ª opção. O valor da produção agrícola em Portugal

tem vindo a crescer acima da média europeia com alguma consistência nos últimos anos e este facto reflete um conjunto de dinâmicas interessantes que se têm vindo a conjugar, de forma a criar as sinergias acima apontadas.

Em termos administrativos, Portugal tem nove zonas agrícolas definidas: Madeira, Açores, e sete continentais, das quais cinco a norte do rio Tejo e duas a sul do rio Tejo. Tipicamente, a organização fundiária tende a assentar em minifúndio no norte do país e ilhas e em propriedades de maior dimensão no sul do país, com destaque para o Alentejo. Existe também maior disponibilidade de água no norte e ilhas do que no sul, onde existem déficits hídricos anuais marcados.

Em termos produtivos, os diversos sistemas de agricultura distribuem-se por todo o território nacional num mosaico diverso, fortemente condicionado pelas condições orográficas, hídricas, climáticas e pedológicas, por um

lado, e pelas questões fundiárias e demográficas, por outro.

Os esforços de valorização da produção agrícola têm claramente resultado da conjugação de diversas dinâmicas:

No plano das infraestruturas, fortes investimentos públicos e privados em regadio, dos quais os mais emblemáticos e que têm gerado mais investimento em novas plantações de culturas de regadio são os do Alqueva e do Mira no Alentejo e também os da Cova da Beira e de Idanha-a-Nova, na Beira Interior. Isto sem diminuir a relevância, naturalmente, dos diversos projetos de valorização da bacia dos rios Tejo e Mondego, onde há ainda muito espaço para expandir. No rio Tejo, em particular, 80% das afluências anuais são ainda perdidas para o mar, estando previsto um grande projeto de infraestruturas de regadio que permitirá tirar um muito maior partido, em termos agrícolas, de toda a bacia do maior rio da Península Ibérica.

Para além das infraestruturas de regadio, outra dinâmica muito relevante de valorização das fileiras portuguesas do agronegócio tem passado pelos esforços de ganho de escala na produção, particularmente relevante nas regiões com explorações agrícolas de menor dimensão. Estes esforços têm passado em grande medida pelo desenvolvimento da agroindústria e também de organizações de produtores e cooperativas, cada vez mais bem articuladas, por fileira agro e região. Estas funcionam, em primeiro lugar, como centrais de compra de fatores de produção e centrais de comercialização dos produtos dos associados. No entanto, são também cada vez mais polos de organização logística, transferência de tecnologia para os produtores e suporte técnico e administrativo. Este suporte passa, nomeadamente, pelo apoio na maximização do aproveitamento dos fundos financeiros da União Europeia destinados a apoiar o setor e no acompanhamento dos produtores no cumprimento das

normas produtivas e de preservação ambiental em vigor. Estas estruturas técnicas de suporte têm, por sua vez, beneficiado de uma proximidade cada vez maior com as universidades e outros polos de investigação científica e de formação.

Outro fator importante da valorização dos produtos do Agronegócio em Portugal tem sido a crescente formalização da identificação dos produtos com a sua origem. Através de uma forte dinâmica de aplicação de classificações oficiais de Denominações de Origem Protegida (DOP), Identificação Geográfica Protegida (IGP) e Especialidade Tradicional Garantida (ETG), tem sido possível associar inequivocamente muitos produtos nacionais à sua origem geográfica e por essa via valorizar até ao consumidor final toda a envolvente do produto, não só no que respeita à sua identidade geográfica e processo produtivo, mas também à sua associação a experiências turísticas, gastronómicas,

culturais e outras, que permitem ampliar muito o potencial de marketing dos produtos nos seus mercados finais de destino.

Por último, surge a preocupação crescente com a preservação da qualidade dos produtos, a segurança alimentar a eles associada e a articulação dos seus processos de produção com a preservação do ambiente (e com estratégias proativas de compensação ambiental). A aplicação de tecnologias cada vez mais sofisticadas (incluindo genéticas, mecânicas, químicas e digitais) à perseguição destes objetivos, aliada a uma cada vez maior capacidade de rastreamento e comunicação dos atributos e percurso histórico dos produtos desde a sua origem até ao mercado final, constituem fatores de diferenciação da maior importância e cada vez mais financiáveis, quer através de recursos públicos da União Europeia, quer através dos agentes privados que operam nos mercados de consumo e de investimento.



Produzir mais com menos, o caminho que se impõe no setor de alimentos



Maurício Bauer

Diretor de Sustentabilidade da JBS Brasil

Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Paulista, tendo cursado Agronomia na Universidade de São Paulo (ESALQ – USP). É certificado em Liderança Ambiental pela Universidade da Califórnia, Berkeley, e em Gestão da Cadeia de Suprimentos e Operações Logísticas de Alto Desempenho pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Atuou na World Wildlife Fund (WWF), em Washington D.C., bem como na National Wildlife Federation, também nos Estados Unidos. É diretor de Sustentabilidade da JBS Brasil desde maio de 2022.

A humanidade enfrenta dois enormes desafios: alimentar a crescente população mundial e frear as mudanças climáticas. Se tivessem surgido separadamente, já demandariam inteligência e esforços intensos. Juntos demandam soluções que levem os dois fatores em conta. Não pode haver abordagem isolada.

Em 15 de novembro, chegaremos a 8 bilhões de pessoas no planeta, segundo a FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Em 2050, segundo projeção também da ONU, seremos quase 10 bilhões. Temos de produzir nos próximos 40 anos a mesma quantidade de alimentos que fomos capazes de prover nos últimos 8.000 anos. O desafio está posto, uma vez que 30% da população mundial já não tem, hoje, acesso ideal aos alimentos.

Especialistas estimam que, para levar comida a essa população,

”
Até 2030 teremos investido US\$ 1 bilhão nesse programa, com o valor de US\$ 100 milhões destinado para pesquisas voltadas a desenvolver soluções para a produção cada vez mais sustentável.

da forma como produzimos atualmente, teríamos de dispor de mais 400 milhões de hectares para cultivos de grãos e produção de proteína. Não há área disponível para isso. Precisamos fazer mais com o mesmo ou em menor espaço. Até porque o cenário das mudanças climáticas impõe a necessidade de congelarmos a pegada de carbono da produção agropecuária.

Justamente esse desafio me trouxe para a direção da sustentabilidade da JBS no Brasil em maio deste ano. Gostaria de apresentar seu case como um dos exemplos de como vem sendo enfrentado o duplo desafio da segurança alimentar e do que deve ser feito ante as mudanças climáticas.

A Companhia, maior empresa de alimentos no mundo, é a mais bem posicionada para promover as transformações necessárias no setor e nas múltiplas cadeias que o compõem. Em sua trajetória

que completa 70 anos em 2023, a JBS globalmente conta com 500 unidades produtivas e escritórios distribuídos por mais de 20 países em todos os continentes. Seus 250 mil colaboradores atendem cerca de 275 mil clientes, com exportação para 190 países.

Esses números indicam a responsabilidade da JBS. Fomos a primeira Companhia do setor de proteína a anunciar, em março do ano passado, o compromisso de zerar o balanço líquido de suas emissões de gases de efeito estufa, considerando os escopos 1, 2 e 3 – relacionadas às atividades em nossas unidades, à produção de energia envolvida nas operações e também às ligadas a fornecedores e outros atores das cadeias em que nos inserimos. Até 2030 teremos investido US\$ 1 bilhão nesse programa, com o valor de US\$ 100 milhões destinado para pesquisas voltadas a desenvolver soluções para a produção cada vez mais sustentável.

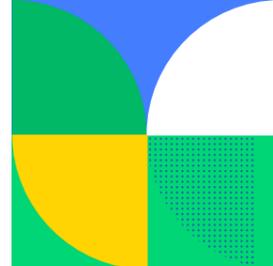
Nesse objetivo financiamos, nos Estados Unidos, a construção do Centro de Pesquisas e Inovação em confinamento pecuário da Universidade de Nebraska e apoiamos o programa AgNext, da Universidade do Estado do Colorado, voltado para o desenvolvimento de soluções para a captura de carbono.

No Brasil, estamos ao lado do Instituto de Zootecnia do Estado de São Paulo em parceria com a Silvateam em pesquisas sobre o uso de taninos na dieta bovina com o objetivo de reduzir as emissões de metano entérico dos rebanhos. Também usamos em escala comercial um aditivo da Royal DSM em Rio Brilhante, em Mato Grosso do Sul. Nesse assunto, o incremento da produtividade exerce um papel primordial. Se um animal for para processamento com menos idade – em vez de 36, com 30 meses, por exemplo –, serão menos seis meses, nesse exemplo, de emissões de metano na atmosfera.

Metano é somente uma parte das questões envolvendo a pecuária. A visão mais moderna do setor impõe inteligência na mudança do uso da terra. Passa pelo incentivo à integração lavoura-pecuária (mais floresta, quando for possível). Esse sistema, em que as atividades se sucedem em rotação, aumenta a capacidade de produzir alimentos em até 40%, ao mesmo tempo, em que há benefícios na captura de gases de efeito estufa.

A recuperação de pastagens degradadas é outra frente que merece atenção. Sem contar o Pantanal e o Pampa, em que os pastos se somam a áreas de campos naturais, há no Brasil 154 milhões de pastagens, segundo o MapBiomas. Desses, 53% apresentavam sinais de degradação em 2020. É preciso estimular técnicas que preservem o solo.

Pastagens recuperadas implicam a capacidade de aumentar em até 10 vezes a produtividade de uma



área, além de ampliar a captura de carbono, graças à fotossíntese das pastagens. Esses conceitos estão presentes em programas como o Fazenda Nota 10 e em parcerias como a do Rebanho Araguaia, em que valorizamos a gestão de indicadores, sempre com a sustentabilidade em protagonismo.

Temos no relacionamento com os produtores um ponto essencial – fazemos geomonitoramento espacial de nossos fornecedores diretos, com o uso de imagens de satélites, há mais de dez anos. Com o objetivo de avançar nos elos anteriores da cadeia produtiva, investimos na Plataforma Pecuária Transparente, que utiliza tecnologia blockchain para que nossos fornecedores também monitorem seus fornecedores.

Para que mais e mais fazendeiros aprimorem suas práticas ambientais, estabelecemos os Escritórios Verdes, que oferecem assessoria gratuita para a regularização de propriedades. Propiciamos também acesso a crédito de instituições financeiras para as adequações necessárias nas propriedades. Hoje, há 17 bases instaladas junto a unidades da Friboi em regiões-chave do Brasil. De maio de 2021 a outubro deste ano, quase 3.700 fazendas receberam apoio.

Nosso foco vai além dos fornecedores. A JBS faz a lição de casa dentro de casa. A Economia Circular é um fundamento adotado como parte intrínseca da Companhia. No Brasil, 99,61% dos

resíduos da produção de bovinos e 94% da cadeia de aves e suínos é reutilizado. Tornam-se matéria-prima para um novo processo produtivo, reduzindo desperdícios e aumentando a eficiência e a rentabilidade dos nossos negócios. A JBS Biodiesel é a maior produtora brasileira desse biocombustível a partir de resíduos bovinos. Outros exemplos: a JBS Higiene e Limpeza, a maior indústria de sabonetes em barra no segmento B2B no Brasil; a Genu-in, produtora de peptídeos de colágeno; a Campo Forte, fabricante de fertilizantes; sem contar a JBS Couros.

Falei de nosso olhar para nossos fornecedores, do intenso trabalho interno, mas a atuação da JBS vai além das cadeias em que atua. Em setembro de 2020 foi lançado o Fundo JBS pela Amazônia, instituição aberta a parcerias com outros players da iniciativa privada, do terceiro setor e grupos multistakeholders. Hoje são 12 projetos em andamento, com R\$ 60 milhões investidos, em projetos que valorizam a bioeconomia, apoiam sistemas agroflorestais e priorizam a conservação do bioma e sua biodiversidade.

Como visto até aqui, muito tem sido feito. Muito há a fazer, em várias frentes, para dar conta dos dois grandes desafios mencionados no início deste texto. Não há outro caminho para alimentar a população crescente sem impactar a questão climática.





A Importância da Ratificação do Acordo de Associação Mercosul – União Europeia para a Dinamização do Comércio Agropecuário entre Brasil e Portugal



Jean Marcel Fernandes

Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco e doutor em Direito Internacional Público pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina. Autor de obras como A promoção da paz pelo Direito Internacional Humanitário, 2006 e La Corte Penal Internacional. Soberanía versus justicia universal, 2008. Ingressou na carreira diplomática em 2000, ocupando cargos em missões permanentes no exterior: Buenos Aires, Argentina, Washington, EUA e Havana, Cuba. Já exerceu diversos cargos no Governo brasileiro.

No dia 28 de junho de 2019, em Bruxelas, representantes do Mercosul e da União Europeia comunicaram a conclusão do Acordo de Associação entre os dois blocos. O anúncio representou o desfecho de um processo negociador de vinte anos – o que, por si só, revela a complexidade dos interesses e entendimentos envolvidos – e foi acompanhado de grande entusiasmo diante do potencial de ganhos comerciais para ambos os lados.

Naquele ano, as economias do Mercosul e da União Europeia, somadas, representavam cerca de 25% da economia global, no valor total de aproximadamente US\$ 20 trilhões. O mercado combinado dos dois blocos chegava a 780 milhões de consumidores, com corrente de comércio superior a US\$ 90 bilhões em 2018.

Do ponto de vista do setor agropecuário, o texto legal prevê a

liberalização de 82% do volume de comércio e 77% das linhas tarifárias do setor agrícola da União Europeia, e 96% do volume de comércio e 94% das linhas tarifárias do Mercosul. A redução tarifária geraria efeitos logo após a entrada em vigor do Acordo, uma vez que 31% e 39% das alíquotas do Mercosul e da UE, respectivamente, seriam zeradas de maneira imediata. A desgravação seria concluída após dez anos, no caso da UE, e quinze anos, no que se refere ao Mercosul.

Ambos os lados incluíram em suas propostas de desgravação produtos de interesse exportador da contraparte. A União Europeia eliminaria as tarifas de importação de produtos como café torrado e solúvel, fumo, frutas e óleos vegetais, e ofereceria melhores condições de acesso a carnes, açúcar, arroz e etanol. Já os sul-americanos isentariam de tarifas produtos como óleo de oliva, malte, vinhos, bebidas destiladas

”

Pelos laços históricos e de amizade que nos unem, vemos em Portugal um parceiro essencial nos esforços para acelerar o processo de tramitação do Acordo pelos Parlamentos dos países europeus.

e chocolates, além da criação de cotas tarifárias para melhorar o acesso de queijos, fórmula infantil e leite em pó europeus.

Por fim, no que diz respeito a medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), foram acordados termos para ampliar a transparência e a previsibilidade do comércio bilateral, tais como a inclusão de prazos para diversos procedimentos, o reforço do princípio científico na imposição de medidas comerciais e o estabelecimento de mecanismo de consultas para resolução de eventuais divergências.

Por todas essas características, a expectativa era de que o Acordo inaugurasse nova e ampliada corrente de comércio entre as duas regiões, contribuindo positivamente para a retomada do crescimento econômico na esteira da pandemia da COVID-19 e de seus impactos. No entanto, desde o fim das

negociações, o otimismo inicial foi substituído por dúvidas crescentes sobre a eventual entrada em vigor do acordo.

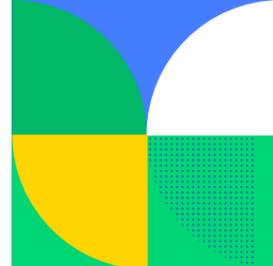
Na Europa, surgiram supostas preocupações sobre a política ambiental do Brasil, a qual, segundo essa visão, causaria concorrência desleal a agricultores europeus. Em resposta, a Comissão Europeia passou a defender a adoção de uma carta complementar ao Acordo, com a inclusão de compromissos adicionais na área ambiental.

A proposta causou estranheza ao Mercosul. Afinal, não é usual, entre parceiros estratégicos como o Brasil e a União Europeia, a reabertura de negociações já concluídas. Ademais, é importante frisar, o Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia é instrumento de última geração. Conta com capítulo sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável em que

as partes reafirmam seus compromissos internacionais quanto ao desenvolvimento sustentável e ao enfrentamento da mudança do clima, inclusive o Acordo de Paris, e se comprometem com um intercâmbio bilateral em bases sustentáveis. A melhor forma, portanto, de garantir o cumprimento das obrigações de cada uma das partes seria a pronta entrada em vigor do Acordo.

Não obstante essa consideração, os países do Mercosul, em espírito de flexibilidade e pragmatismo, manifestaram a disposição de considerar eventual carta complementar, desde que se aplicasse em termos recíprocos a ambas as partes, e que fosse preservado o frágil equilíbrio de concessões que viabilizou a finalização das negociações.

Tal exigência não é mera estratégia negociadora. Da perspectiva do Brasil, por exemplo, preocupa o fato de que os impactos da crise



geopolítica na Europa têm levado, em alguns países do continente, a medidas como a retomada da produção do carvão, a derrubada de florestas nativas para produção de energia e a autorização do aumento de áreas agrícolas, incluindo em terras de pousio. Dada sua responsabilidade diferenciada em relação ao combate à mudança do clima, é fundamental que os países desenvolvidos não retrocedam em seus esforços de cumprimento de suas metas climáticas.

Desde 2019, a conjuntura internacional deteriorou-se consideravelmente. À pandemia, seguiram-se as crises dos preços dos insumos agrícolas e dos alimentos, das cadeias logísticas, da escalada inflacionária e, mais recentemente, da instabilidade geopolítica e de produção e fornecimento de energia. Nesse sentido, o tempo parece trabalhar contra aqueles que desejam ver a implementação do Acordo, na medida em que se torna cada vez mais complexo o reequilíbrio que seria necessário em decorrência de eventual reabertura das negociações. Medidas como o projeto de lei contra o desmatamento, atualmente em consideração pela União Europeia, que pretende impedir o acesso ao mercado a produtos alegadamente associados ao desmatamento, tampouco contribuem para criar um ambiente de conciliação entre as duas partes.

O Brasil segue convencido de que a pronta entrada em vigor do Acordo é a melhor maneira de responder a



quaisquer anseios sobre os compromissos assumidos na área ambiental. Seguimos abertos, assim, ao diálogo com as autoridades da Comissão e dos países-membros no sentido de continuar intercambiando informações e buscando formas de avançar. Do ponto de vista do Brasil, o comércio agrícola e a cooperação internacional são fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável e a ação climática.

Pelos laços históricos e de amizade que nos unem, vemos em Portugal um parceiro essencial nos esforços para acelerar o processo de tramitação do Acordo pelos Parlamentos dos países europeus. Sua posição como elo de ligação entre o Brasil e a Europa pode contribuir para transmitir a visão brasileira de que a ampliação dos fluxos comerciais é positiva para a conservação do meio ambiente, na medida em que favorece os investimentos em sustentabilidade e a difusão de melhores práticas produtivas.

Considerando apenas o comércio entre Brasil e Portugal, há fortes motivos para trabalhar em prol do Acordo. Em 2021, o intercâmbio bilateral de produtos agrícolas entre os dois países alcançou cerca de US\$ 980 milhões e vários dos principais produtos da pauta exportadora estão incluídos nas cestas de desgravação mais rápidas.

É enorme, portanto, o potencial. Estamos prontos para realizá-lo e juntamente com nossos irmãos portugueses.

apexBrasil 

